

## **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

### **GESTÃO DE ESTOQUES NO SETOR PÚBLICO: UM ESTUDO DE CASO NO CICLO DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA**

## RESUMO

A pesquisa se concentra na área de estoque de medicamentos das farmácias públicas, com o intuito de destacar a importância da gestão de estoques em uma farmácia pública, ressaltando as principais ferramentas de gestão de compras, estoques e armazenagem utilizada na gestão da farmácia pública e percebendo possíveis falhas nos procedimentos e ausência das ferramentas de gestão de materiais. A metodologia aplicada foi a revisão bibliográfica. A pesquisa possibilitou visualizar que as práticas de gestão descritas na literatura de gestão de materiais são aplicáveis na gestão pública. O que difere é que, na gestão privada o objetivo é a produtividade para a lucratividade, na gestão pública o objetivo é a produtividade para atender as demandas sociais, de modo que, os recursos devem ser investidos dentro dos princípios que norteiam a gestão pública, ou seja, impessoalidade, moralidade, eficiência, legalidade e publicidade.

**Palavras-Chave:** Gestão de estoque. Medicamento. Saúde pública.

## ABSTRACT

The research focuses on the area of stock of medicines in public pharmacies, in order to highlight the importance of inventory management in a public pharmacy, highlighting the main management tools for purchases, stocks and storage used in the management of public pharmacies and realizing possible failures in procedures and absence of material management tools. The applied methodology was the bibliographic review. The research made it possible to visualize that the management practices described in the material management literature are applicable in public management. What differs is that, in private management the objective is productivity for profitability, in public management the objective is productivity to meet social demands, so that resources must be invested within the principles that guide public management, that is, impersonality, morality, efficiency, legality and publicity.

**Keywords:** Inventory management. Medication. Public health.

## 1 INTRODUÇÃO

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988 houve mudanças no que se refere ao setor da saúde do país. Segundo Menicucci (2014), anterior a constituição o sistema de saúde brasileiro era meritocrático que significa que os direitos não valiam para todos, não era visado à distribuição de direitos iguais a todos. Através da constituição houve um papel mais importante na constituição cidadã, há um capítulo que fala especialmente da seguridade social, onde foi criado o sistema único de saúde (SUS), que foi definido os princípios de acordo com o conceito ampliado de saúde.

Segundo Brasil (1988), é assegurado a todos os cidadãos o direito à saúde, e que esse direito deve ser garantido pelas políticas sociais e econômicas, buscando reduzir os riscos de doenças e seus agravantes, sendo que o acesso deve ser igual a todos. Na constituição federal, diz especificamente nos artigos 196 aos 200, que a saúde é um direito dos cidadãos e o estado através de políticas econômicas e sociais busquem a prevenção e a redução de doenças, de uma forma igualitária, e fica na responsabilidade do poder públicos a fiscalização e controle. Os recursos que são

destinados a financiar o sistema de saúde vêm da União, Estados e Municípios dentro do orçamento da seguridade social, esse recurso será aplicado anualmente, dando também liberdade a iniciativa privada atuar dentro do sistema único de saúde em áreas definidas (BRASIL, 1988).

A portaria nº 3.916/GM em 30 de outubro de 1998 tendo em vista a necessidade de uma política específica para a questão de medicamentos, que foi criada então a Política Nacional de Medicamentos (PNM). E segundo o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) a descentralização do SUS, contribuiu para a criação de diretrizes na área de medicamentos mencionadas na Política Nacional de Medicamentos (PNM) em outubro de 1998.

Sendo assim a descentralização se faz necessário na assistência farmacêutica para que através de políticas específicas para cada região e suas necessidades, dentro da política nacional de medicamentos. Para tanto o objetivo desta pesquisa consistiu em explorar a aplicação da gestão de estoques e materiais na utilização do ciclo de assistência farmacêutica para alcançar resultados que expresse uma máxima eficiência dos serviços no sistema de saúde. A implantação do sistema logístico é uma ferramenta que poderá auxiliar o controle do fluxo de medicamentos, o qual consiste a seleção, programação, aquisição, recebimento, armazenagem, distribuição e dispensação, otimizando as informações visando melhorias nos processos com foco na qualidade da prestação de serviço e economia dos recursos públicos.

## **2 REFERENCIAL TEORICO**

### **2.1 Planejamento e organização da assistência farmacêutica**

O fornecimento de medicamentos no setor público está dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). O SUS foi criado pela Constituição de 1988, que veio para reordenar os serviços do setor de saúde do país. Baseado na constituição o SUS é regido pelos princípios da universalidade, equidade e integralidade.

A saúde pública trabalha com três princípios, a saber: Princípio da universalidade, o qual assegura que todo cidadão tem direito de acesso aos serviços de saúde. Os responsáveis por fornecer esses serviços ficam a encargo da união, estados e municípios; A equidade garante que todo cidadão é igual perante o SUS e deverá ser atendido de acordo com suas necessidades até onde o sistema pode oferecer; a integralidade diz que, cada pessoa é um ser integral, bio – psico – social e que deve ser tratado integralmente, e as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde deve ser tratada como um conjunto e não podem ser compartimentalizadas (BRASIL, 1990).

Os princípios que regem o SUS é a regionalização e hierarquização onde os serviços devem ser de acordo com a complexidade, delimitando a área e a população a ser atendida, assim poderá ter um melhor controle das necessidades de cada região. (BRASIL 1990 p.5). Resolubilidade é uma exigência de que quando uma pessoa busca o sistema de saúde para tratar algum problema ou algo que tenha impacto coletivo, o setor de saúde deve estar capacitado para sanar as necessidades apontadas de acordo com sua competência. (BRASIL, 1990).

De acordo com a constituição quando o setor público não condições técnicas e estruturais para atender as necessidades dos cidadãos há a possibilidade de complementaridade pela prestação de serviço do setor privado, ressaltando que, para

que isso aconteça há três condições, a primeira é que o interesse público seja superior ao particular, segundo a instituição privada tem que estar de acordo com os princípios e normativas do SUS e terceira que o serviço privado deve seguir a logística organizativa do SUS, de acordo com a regionalização e hierarquização dos serviços (BRASIL, 1990).

Como o SUS também atende no setor farmacêutico, ou seja, na entrega de medicamentos é preciso planejamento, organização, controle e direção para esse setor em específico. Nesse sentido, para haver um planejamento dentro da assistência farmacêutica é preciso ter um diálogo possibilitando entender a realidade que se pretende trabalhar, de acordo com essa realidade é elaborado os projetos com suas metas a serem alcançadas e definindo como será trabalhado para que obtenha êxito ou não (BRASIL, 2006).

Após esse levantamento dos problemas que se deseja solucionar e a elaboração da metodologia que será empregada é hora de colocar em prática, podendo o problema inicial ser solucionado ou não, para isso deve haver uma avaliação de resultados e através dos frutos obtidos saberá se o diagnóstico foi eficaz. Quando o efeito da avaliação é positivo, significa que o problema que originou o processo de planejamento foi solucionado, tendo então a situação desejada (BRASIL 2006).

Dentro da assistência farmacêutica a organização tem por objetivo assegurar o acesso dos medicamentos pelos usuários com qualidade e com um uso racional, assim, é preciso se ater ao ciclo de aquisição dos medicamentos. Nesse sentido, o ciclo da Assistência Farmacêutica e Responsabilidade dos Entes tem como objetivo apoiar as ações de saúde, promover o acesso da população aos medicamentos essenciais e o acesso da população a esses medicamentos, que definem o ciclo farmacêutico, para que isso aconteça deve se selecionar quais os medicamentos adquirir, de acordo com as necessidades da população tendo em vista o custo e sua racionalização (BRASIL, 2006).

A seleção é um processo de escolha de medicamento, baseada em critérios epidemiológicos, técnicos e econômicos, estabelecidos por uma Comissão de Farmácia e Terapêutica (CFT), visando assegurar medicamentos seguros, eficazes e custos-efetivos com a finalidade de racionalizar seu uso, harmonizar condutas terapêuticas, direcionar o processo de aquisição, produção e políticas farmacêuticas (BRASIL, 2006). Esse processo deve ter a cooperação do máximo de pessoas com especialidades médicas e profissionais de saúde.

Segundo Brasil (2006) a área de assistência farmacêutica é a mais importante, a partir dessa seleção que poderá dar seguimento às atividades posteriores, a seleção deve conter as especificações terapêuticas atuais dos medicamentos selecionados, que facilitará os médicos. Esse ciclo remete a necessidade de pensar a gestão de materiais do setor farmacêutico atuante na saúde pública, afim de, encontrar mecanismos para gerenciar esse setor com eficiência no processo de aquisição e de estoques.

## **2.2 Armazenagem e Gestão de Estoques na Administração Pública**

A armazenagem é o processo responsável por administrar o espaço necessário para se estocar os materiais, esse espaço pode ser interno, na fábrica, ou externos, nesse caso mais perto do consumidor. Fatores como localização e dimensão da área e arranjo físico são importantes na hora da tomada de decisão, também é levado em

consideração os equipamentos de movimentação e recuperação de estoque (POZO, 2010).

Para Ayres (2009) armazenagem se refere a dimensão de espaço que se necessita para se ter um estoque, onde envolve a localização desse estoque, o tamanho dessa área, o arranjo físico e a configuração dessa área. Sendo assim pode-se dizer que armazenagem é a parte da administração responsável pela escolha da melhor localização e logística do estoque.

O armazenamento de medicamentos é tratado de forma diferenciada, isso porque, envolve questões de saúde pública. Valery (1.989) baseado nas legislações pertinentes faz um compêndio de informações resumidas de como dever ser um local de recebimento, armazenagem e distribuição de medicamentos. Em sua análise também leva em consideração as regras de higiene do local e das pessoas envolvidas nesse processo.

As ferramentas de gestão de estoques sendo utilizadas adequadamente poderão antecipar alguns dados, sendo assim, terão vantagens na hora de se firmar no mercado, suprindo as necessidades dos clientes. O controle de estoque tem por objetivo oferecer um bom serviço e custando pouco, para isso deve se conhecer a dimensão do estoque, tempo e tamanho do pedido, reabastecendo a tempo e com baixo custo levando em conta as possíveis variações e a incerteza sobre a demanda (MARTINS; LAUGENI, 2005).

Pozo (2010) menciona uma lista simplificada dos objetivos de planejamento e controle de estoque, no qual ela deve assegurar o abastecimento da produção; manter os estoques o mais baixo possível; identificar os estoques obsoletos e eliminá-los; comprar somente o necessário para atender a demanda; prevenção contra perdas ou mau uso dos materiais; manter quantidades suficientes para atender as necessidades; oferecer dados concretos para elaborar planejamento de curto a longo prazo para a necessidade de estoques e manter os custos com estoque os mais baixos possíveis.

Na administração pública deve haver eficiência na estrutura de compras, acompanhamento da legalidade, inclusive pelo setor de controladoria. Além disso, a gestão de armazenagem deve haver um controle na produção e prestação de serviços, praticando os preceitos legais, assim como, no processo de distribuição física (MOURA, 2004).

No setor público em especial torna-se necessário desenvolver mecanismos de redução de estoques. As inconstâncias dos recursos disponibilizados no setor público podem fazer com que haja um alto volume de estoque, que também pode ser ocasionado devido à demora nas entregas e oscilações na demanda. (MOTA; CANCIO, 2004). Dentro do setor público há uma preocupação que se refere à gestão de estoque, uma vez que, ele deve ser mantido com uma quantidade suficiente para atender a demanda de serviços que são prestados à sociedade. De acordo com Tung (2001) estimar um volume maior ou inferior ao suficiente acarretará em prejuízo. E é um fator que indica uma qualidade do controle interno.

Com relação aos controles Vieira (2008) aponta que em sua investigação dentro dos serviços farmacêuticos no Brasil que as entidades vêm cometendo falhas. Com base em relatórios da Controladoria Geral da União que apontam sobre a assistência farmacêutica no Brasil referente a 597 municípios, apontam que 71% dos municípios têm um controle de estoque deficiente ou nem mesmo tem esse controle e em 39% deles a forma de armazenagem eram inadequadas, o que se reflete em falhas por parte da gestão. Essas falhas poderiam ser minimizadas com o uso de sistemas de informação gerenciais. Um sistema tem a capacidade de melhorar a

eficiência no processo de controles e acompanhamento das demandas das mercadorias utilizadas nos serviços públicos.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Quanto aos seus objetivos, este trabalho atuou com uma pesquisa descritiva, cujo foco é descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis, através da utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (BEUREN, 2003). As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial à descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. Serão inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas estão na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como entrevista e a observação sistêmica. (GIL, 2012).

Nessa perspectiva a descrição se deu em relação as funções e atividades realizadas nos processos de trabalho de gestão de materiais na farmácia pública do município de Novo Horizonte do Norte, assim como, a descrição das ferramentas gerenciais no processo de compras, estoques e armazenagem, complementarmente foi descrito possíveis falhas nesse processo de gestão.

A pesquisa foi bibliográfica, pois buscou de forma exploratória fontes que dissertaram sobre o tema da pesquisa. Para Freitas (2009) a pesquisa bibliográfica tem como principal característica o objetivo de buscar na própria bibliografia sobre o tema ou objeto de pesquisa.

Vale salientar que, a pesquisa bibliográfica não teve caráter sistemático de análise de conteúdo em base de dados específicas, foi feito levantamentos exploratórios por palavras chaves na rede de internet e em literaturas específicas das áreas de gestão de materiais e gestão pública. Também foi necessário utilizar pesquisa documental, já que se fez necessário a compreensão de alguns dados através de documentos do setor farmacêutico da secretaria de saúde do município. De acordo com Freitas (2009, p. 41).

O método adotado foi de estudo de caso, pois estudou uma organização pública específica. Para Yin (2015) o método de pesquisa estudo de caso ajuda na contribuição de conhecimento dos fenômenos individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados. O caso escolhido é considerado relevante porque diz respeito a uma organização pública, que atende demandas sociais exigidas pela Constituição Federal do país. Uma farmácia pública é de interesse social e uma organização que lida com vidas. Uma prestação de serviço precária nesse setor, pode colocar em risco a vida de pessoas vulneráveis nos aspectos econômicos, além de que, é um direito do cidadão ter acesso a saúde, indiferente de seu poder aquisitivo. De acordo com Appolinario (2004) população ou universo de pesquisa de natureza teórico-empírica, objeto ou evento que tem características comuns, ou grupo de pessoas. A totalidade de pessoas, objetos ou evento que se almeja estudar e realizar sobre a qual se evidenciara os dados buscados.

O universo de pesquisa foi a farmácia pública do município de Novo Horizonte do Norte. Os sujeitos de pesquisa foram a farmacêutica responsável pelo recebimento, controle e distribuição de medicamentos, denominada ENT 1 e o responsável pelo setor de programação e compras da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, denominado ENT 2.

A técnica para coleta de dados foi a observação. De acordo com Marconi & Lakatos (2010) nesse caso o pesquisador já sabe o que está procurando, e a importância de cada fato em determinada situação, em que o pesquisador deve ser objetivo, reconhecer os erros e eliminar suas influências. O processo de observação ocorreu no período do mês 09 a 10 do ano de 2019. As observações não foram em períodos integrais, ocorreu conforme disponibilidade da farmacêutica em atender e mostrar os processos de trabalho e armazenamento dos produtos.

As entrevistas foram não estruturadas, foi realizado conversas com os sujeitos indicados de forma informal no local de trabalho. Para realizar as entrevistas foram elencados itens de interesse de entendimento e aprofundando a conversa conforme se esclarecia os objetivos da pesquisa.

Creswell (2010, p. 43) define a abordagem qualitativa como sendo “um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano”.

A análise ocorreu em uma perspectiva qualitativa, com intuito de detectar as situações que apontam como ocorre o gerenciamento de aquisições e de gestão de estoques no ambiente analisado.

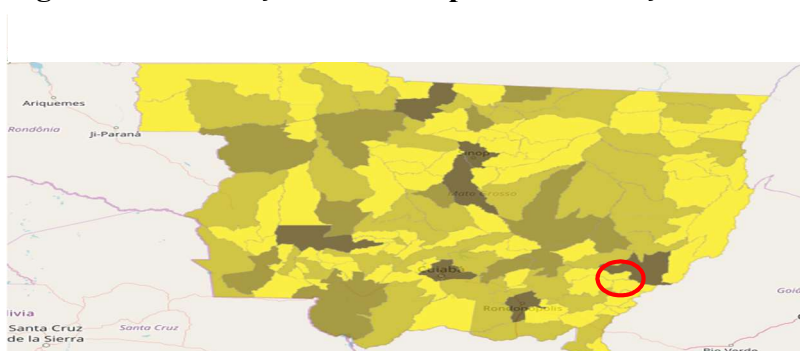
## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Funções e atividades dos funcionários do setor farmacêutico de Novo Horizonte do Norte

O município de Novo Horizonte do Norte-MT foi emancipado em 1.985, atualmente conta com 3.749 hab., tem uma área territorial de 898,499 Km<sup>2</sup> e seu bioma é predominantemente amazônico. (IBGE, 2019).

Sobre a saúde pública em específico o município está classificado entre 1 e 9 unidades de saúde pública, contudo, é possível afirmar que o município tem três unidades, sendo, um hospital público, um posto de atendimento urbano e um rural implantados pelo Programa de Saúde da Família (PSF).

**Figura 1: Localização do município e classificação numérica de Unidades de Saúde**



Fonte: IBGE (2019)

#### Legenda

Estabelecimentos de Saúde SUS	
1 a 9	
9 a 17	
17 a 30	
Acima de 30	
Indisponível	

O índice de morbidades hospitalares no município é relativamente baixo, conforme IBGE, dados de 2016 apontam que morreram 4 pessoas, todas do sexo feminino, de problemas respiratórios e doenças do aparelho digestivo.

No setor farmacêutico que atende o município de Novo Horizonte do Norte-MT há uma contratação efetiva de uma farmacêutica generalista. As atividades realizadas pela farmacêutica são de levantamento da demanda, estocagem e armazenamento dos medicamentos.

Essa atividade busca atender a população com os medicamentos essenciais. Para isso, são esses medicamentos que definem o ciclo farmacêutico do município, para que isso aconteça deve selecionar quais os medicamentos adquirir, de acordo com as necessidades da população tendo em vista o custo e sua racionalização (BRASIL, 2006).

Para a funcionalidade do setor de farmácia há uma dependência departamental com o setor de aquisições, o qual tem um funcionário público que realiza a função de compras para o município de Novo Horizonte do Norte.

Nesse sentido, há duas funções básicas que promovem o funcionamento da farmácia pública, conforme quadro 1.

**Quadro 1: Funções e atividades ligadas ao funcionamento da farmácia pública.**

<b>Funções</b>	<b>Atividades</b>
Farmacêutica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Levantamento de demanda de medicamentos;</li> <li>- Recebimento de medicamentos após aquisição;</li> <li>- Estoca os medicamentos ;</li> <li>- Distribui entre o Hospital e os PSFs urbano e rural;</li> <li>- Confere diariamente os medicamentos estocados no hospital;</li> <li>- Confere uma vez na semana os medicamentos distribuídos no PSF rural;</li> <li>- Distribui medicamentos para os usuários ;</li> <li>- Confere cotidianamente o estoque do PSF urbano;</li> </ul>
Comprador	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Acompanha os procedimentos legais para aquisição pública;</li> <li>- Realiza os processos de licitações para toda a prefeitura incluindo para secretaria de saúde;</li> </ul>

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2019.

As funções e atividades estão interligadas entre setores e funções diferentes, de um lado, uma profissional com especialidade na saúde e de outro, um profissional da área da gestão pública, contudo, o trabalho precisa ser conjunto para atender as demandas da comunidade.

#### **4.2 Ferramentas de gestão de compras, estoques e armazenagem**

O processo de aquisição inicia com o levantamento de demanda que é realizado conforme o uso dos medicamentos em cada setor. Além disso foi salientado pela mesma que, há períodos de sazonalidade de produtos, como exemplo os medicamentos relacionados a alergias, que, em determinadas épocas do ano o uso é maior. Afirma ainda que, a prioridade é para medicamentos de uso contínuo como: diabetes, pressão arterial e outros. (DEPOIMENTO, ENT. 1)



Esse depoimento converge com a fala de Aurélio (1.993) o qual afirma que o processo de compras inicia com a movimentação de mercadorias, de modo que a função compras é essencial para a gestão de materiais ou suprimentos, tem por finalidade suprir as necessidades de materiais ou serviços, planejá-la quantitativamente e satisfazê-la no momento certo com as quantidades corretas, verificar se recebeu efetivamente o que foi comprado e providenciar armazenamento.

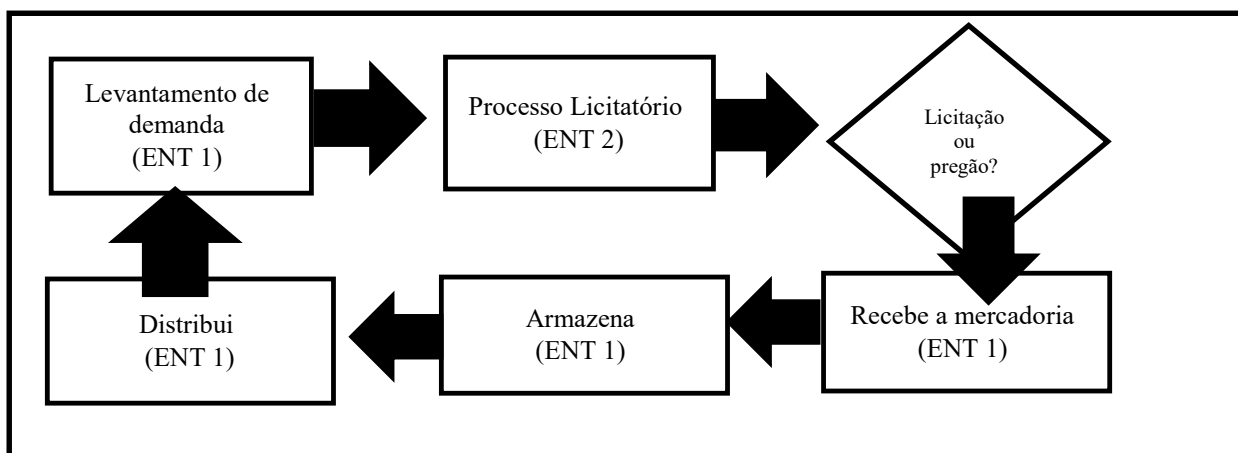
Vale salientar que, o processo de aquisição no município não atende o que é orientado pelo Ministério da Saúde, o qual indica que o processo de aquisição de medicamentos deve ocorrer em um processo de cooperação do máximo possível de pessoas com especialidades médicas e profissionais de saúde. Segundo Brasil (2006) para a Assistência Farmacêutica é a mais importante, a partir dessa seleção que poderá dar seguimento às atividades posteriores, a seleção deve conter as especificações terapêuticas atuais dos medicamentos selecionados, que facilitará os médicos que irão prescrevê-los aos usuários.

Após os levantamentos das demandas de medicamentos a lista a ser adquirida é encaminhada ao setor de licitações, o qual realiza as aquisições dos medicamentos. Essas aquisições podem ocorrer por licitações ou compras diretas. As compras diretas ocorrem em caráter de urgência e precisam necessariamente de três orçamentos. Atualmente, há um decreto estadual que altera a Lei de licitações 8.666 de 21-06-1993, há uma tendência de que os municípios seguirem esse novo decreto. O município de Novo Horizonte do Norte-MT acompanhando essa tendência de pedido de aumento do valor máximo para aquisições de compra direta, em 2015 pediu alteração ao Tribunal de Contas com Legislação Específica, apenas em 2016 foi aprovada legislação municipal que autoriza a compra no valor de R\$ 20.500,00 para esse tipo de aquisição. (ENT, 2).

O ENT 2 realiza a função de comprador do município, segundo suas informações as aquisições iniciam com a demanda apresentada pela farmacêutica levantada no hospital e nos PSFs com a estimativa de uso para 12 meses. Segundo o mesmo "é impossível precisar a real demanda é levado em consideração o histórico de compra do ano anterior e o perfil epidemiológico local e utilizado a modalidade de Pregão com registro de preços".

O ENT 2 salienta ainda que, a modalidade de licitação utilizada é de pregão eletrônico. As aquisições de todos os medicamentos são realizadas por licitações, contudo, o processo demora em torno de três meses e por vezes torna-se necessário adquirir medicamentos por compras diretas, principalmente quando são medicamentos muito específicos. O ciclo de compras do setor de medicamentos ocorre conforme figura 6.

**Figura 1: Ciclo de Compras do setor de medicamentos.**



**Fonte:** Pesquisa Campo, 2019.

Segundo o ENT 2, a maior dificuldade nos processos licitatórios são os prazos para realização de todos os procedimentos burocráticos e a referência de preços, já que, até um ano atrás (2016) era totalmente dependente dos fornecedores fazerem as cotações, contudo, com a instalação de um sistema de referência de preços de todos os municípios torna-se mais fácil realizar as compras por licitações. Salienta ainda que, quando vai fazer um segundo processo de licitação, após a compra direta, a prioridade são materiais de maior valor ou em maior quantidade que infere em um valor alto, isso porque, essa ocorrência pode inviabilizar a compra direta.

O ciclo de compras está dentro do contexto apresentado por Chiavenato (2005) ao qual afirma que após a seleção torna-se necessário a programação de materiais, a qual auxilia a empresa a determinar a quantidade de materiais que está em seu estoque, sendo assim, facilitando o controle do fluxo de materiais, evitando perdas e excessos. A programação proporciona a empresa um controle das quantidades de materiais, permitindo que a mesma tenha em mãos antecipadamente essa quantidade possibilitando uma análise do momento certo para a aquisição de mais materiais e/ou a sua disponibilização para as seções produtivas (CHIAVENATO, 2005).

Essa programação relatada pelo autor supracitado está coerente com a fala da ENT 1 que afirma que há um estoque de medicamentos na farmácia pública municipal, no hospital municipal e no PSF rural. Os estoques desses setores são acompanhados e controlados pela mesma. Sobre a gestão de estoques a ENT 1 afirma que há um controle manual, de forma que, esse controle manual direciona a quantidade de cada medicamento a ser colocado em processo de licitação para o ano seguinte. As observações mostraram que não há nenhum sistema de informação gerencial e informatizado que ajuda no controle das quantidades e vencimentos dos medicamentos, assim como, as quantidades distribuídas no hospital e no PSF rural.

Contudo, vale salientar que, o local de armazenamento dos estoques de medicamentos na farmácia tem iluminação adequada, é climatizado, tem armários específicos para remédios controlados, também é realizado o controle de entrada e saída de todos os medicamentos de alto custo e de controle especial, como de recita azul ou uso contínuo. Esses controles são manuais.

Nesse sentido, é possível afirmar que, mesmo sem amparo de um sistema informatizado há a realização do gerenciamento de estoque, já que, foi possível verificar na organização que há planejamento e o controle de estoques dos materiais e produtos que serão utilizados na produção ou na comercialização de bens ou serviços, de modo que há preocupação em atender os resultados estratégicos do departamento de saúde, conforme salientado por Bertaglia (2003). Para Viana (2010, p. 42) “a atividade gestão visa ao gerenciamento dos estoques por meio de técnicas que permitam manter o equilíbrio com o consumo, definindo parâmetros e níveis de ressuprimento e acompanhando sua evolução”.

### **4.3 Diagnóstico da realidade vivenciada**

A realidade vivenciada possibilitou fazer um comparativo entre o que o Ministério da Saúde apresenta como requisitos essenciais para a armazenagem e manutenção de estoques de medicamentos, conforme quadro 2.

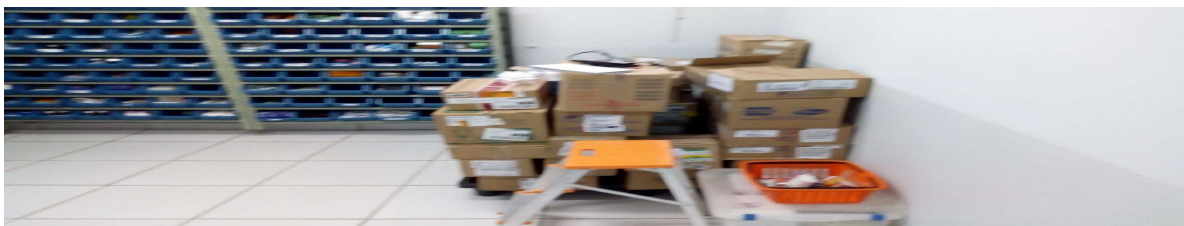
**Tabela 1 Comparativo da gestão de estoques da farmácia pública**

Critérios	1 Não atende	Atende
	2 Parcialmente	
O edifício destinado a estocagem de medicamentos, deve ter área, construção e localização adequadas para facilitar sua manutenção, limpeza e operação, com espaço suficiente para estocagem racional dos medicamentos. Toda área alocada para estocagem deve destinar-se somente a esse propósito, além de oferecer condições de flexibilidade que permitam eventuais modificações futuras.		2
área de recepção		3
área de quarentena		3
área de expedição		3
área de estocagem geral		1
área de medicamentos termolábeis		1
área de medicamentos controlados		1
área de imunobiológicos (vacinas e soro)		1
área de administração		3
área de recebimento		3
área de distribuição		3
instalações sanitárias setor de estocagem		3
instalações sanitárias setor administrativo		1
Higiene		1
Alimentação		3
Uniformes		1
Segurança		1
Distribuição: Deve existir um sistema de distribuição que permita a fácil identificação do seu destino. Para tanto, os registros de distribuição devem conter a identificação do produto, seu número de lote, nome e endereço do destinatário, data e quantidade enviada e o número da nota fiscal, ou do documento de despacho.		1

Fonte: pesquisa de Campo, 2019.

O local de recebimento e armazenagem dos produtos pode ser visualizado na figura 7, a qual mostra a estrutura de armazenagem.

**Figura 1 Recepção e armazenagem dos medicamentos.**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

A figura apresenta que local tem espaço pequeno e que os medicamentos recebidos ficam armazenados em desconformidade com o que indica o Ministério da Saúde. Contudo, vale salientar que outros critérios são atendidos e há possibilidades de melhorias para o setor de recebimento e armazenagem de medicamentos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central da pesquisa foi descrever como se dá a gestão de materiais em uma farmácia pública da cidade de Novo Horizonte do Norte-MT. Pode-se afirmar que o objetivo foi atendido, já que, foi possível descrever como ocorre o processo de aquisição, estocagem, armazenamento e distribuição dos produtos de medicamento da farmácia pública.

O objetivo específico de verificar as funções e atividades dos funcionários que atuam na farmácia pública de Novo Horizonte do Norte foi atendido com a descrição das atividades realizadas pela farmacêutica e pelo funcionário responsável pelos processos de aquisição da prefeitura municipal, conforme quadro 1.

O segundo objetivo específico de identificar as ferramentas de gestão de compras, estoques e armazenagem utilizadas na gestão da farmácia pública, foi atendido com a descrição do ciclo de compras e a comprovação de uso de recursos manuais de controle na gestão de estoques e distribuição dos medicamentos.

O terceiro e último objetivo de perceber possíveis falhas nos procedimentos e ausência das ferramentas de gestão de materiais, foi possível fazer um comparativo com o que o Ministério da Saúde indica como boas práticas de armazenagem de medicamentos farmacêuticos.

A pesquisa possibilitou visualizar que as práticas de gestão descritas na literatura de gestão de materiais são aplicáveis na gestão pública. O que difere é que, na gestão privada o objetivo é a produtividade para a lucratividade, na gestão pública o objetivo é a produtividade para atender as demandas sociais, de modo que, os recursos devem ser investidos dentro dos princípios que norteiam a gestão pública, ou seja, impessoalidade, moralidade, eficiência, legalidade e publicidade. A pesquisa limitou-se em uma análise descritiva do processo de gestão de materiais de uma farmácia do setor público da cidade de Novo Horizonte do Norte. Nesse sentido, sugere-se que, a partir da descrição realizada nessa pesquisa possa-se fazer um acompanhamento e comparativo após essa implantação e uma avaliação do manual com maior profundidade.

## REFERENCIAS

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de Metodologia Científica**: Um guia para a produção do Conhecimento Científico. São Paulo: Atlas, 2004

AYRES, Antônio de Paduá Salmeron. **Gestão de Logística e Operações**. Curitiba: IESDE Brasil S.A, 2009.

BEUREN, Ilse Maria; LONGARAY, André Andrade. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003. 189p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Assistência farmacêutica na atenção básica: instruções técnicas para sua organização** / Ministério da Saúde, Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. – 2. ed. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 100 p.: il. – (Série A. Normas e Manuais Técnicos).

BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE **ABC do SUS** - Doutrinas e Princípios Brasília/DF 1990 10p

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). **Reforma do estado e da administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998. p. 21-37.

CHIAVENATO, Idalberto. **Administração de materiais: uma abordagem introdutória**. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CONASS, Conselho Nacional de Secretários de Saúde. Documenta 3: **Para Entender a Gestão dos Medicamentos de Dispensação em Caráter Excepcional**. Brasília: CONASS. 2004

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

FREITAS, C. A. S. **Auditoria de Gestão e Estratégia no Setor Público**. Escola Nacional de Administração Pública: revista do serviço público, Brasília, DF, ano 52, n. 4, p. 147, Out./Dez. 2001.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, P. G.; LAUGENI, F. P. **Administração da Produção**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves. História da reforma sanitária brasileira e do Sistema Único de Saúde: mudanças, continuidades e a agenda atual. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.21, n.1, jan.-mar. 2014

MOURA, C. E. **Gestão de Estoques**. 1ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora Ciência Moderna Ltda., 2004.

MOTA, F. G. L.; CANCIO, A. J. **Avaliação da potencialidade de redução de estoques no governo federal**. In: 28º EnANPAD, 2004, Curitiba, Anais... 28º EnANPAD, 2004. CD-ROM

POZO, Hamilton. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: Uma abordagem logística**. 6° ed. Editora: Atlas, 2010.

TUNG, Nguyen Huu. **Controladoria Financeira das Empresas: uma abordagem prática**. 9ª ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

VALERY, Pedro Paulo Trigo. **Boas praticas para estocagem de medicamentos**. Brasília: central de medicamentos 1989

VERSANO, R. **O impacto da reforma constitucional sobre as finanças estaduais e municipais**. *Revista de Administração Municipal*. Rio de Janeiro, v. 36, número 193, out./dez. 1989. p. 44-54.

VIEIRA, Fabíola Sulpino. Qualificação dos serviços farmacêuticos no Brasil: aspectos inconclusos da agenda do Sistema Único de Saúde. *Rev. Panam. Salud Publica*, Washington, vol. 24, n. 2, Ago. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1020-49892008000800003](http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1020-49892008000800003) Acesso em: 15 jan. 2017.

YIN, Robert K. **Estudo de caso – planejamento e métodos**. (2Ed.). Porto Alegre: Bookman.